

Caroline Mari de Oliveira Galina
(Organizadora)

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação



Caroline Mari de Oliveira Galina
(Organizadora)

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Caroline Mari de Oliveira Galina

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação /
Organizadora Caroline Mari de Oliveira Galina. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0018-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.189220604>

1. Tecnologia. I. Galina, Caroline Mari de Oliveira
(Organizadora). II. Título.

CDD 601

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante de desafios hodiernos, a coleção “Políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação” retrata por meio de trabalhos interdisciplinares, pesquisas, relatos de casos e revisões que transitam em três principais dimensões, sendo essas: a dimensão social, a dimensão saúde e a dimensão ambiental.

O objetivo central foi conciliar contribuições que tem como eixo principal a preocupação com a questão das políticas públicas em suas diferentes dimensões, as quais podem contribuir com a implantação da ciência, da tecnologia e da inovação à serviço das sociedades, de modo a aproximar a diversidade de sujeitos, contemplados nas pesquisas desta obra, ao exercício da cidadania.

Entendendo que o acesso as políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação deve ser inclusivo, contemplando as pessoas em suas diversidades e não ocorre apenas em esferas macro e externas à vida da população.

O conjunto de artigos que compõem a presente coletânea expressa diversas interpretações, metodologias e resultados obtidos por professores (as) e acadêmicos (as) que desenvolveram seus trabalhos em universidades públicas e privadas dedicadas ao exercício da pesquisa, ensino e extensão, lugares estes de excelência de produção científica e da articulação de diversos saberes.

Desta forma, os artigos desta coleção confluem na necessidade de refletir o mundo, superar seus desafios e propor caminhos, por meio das políticas públicas, que apontem para o acesso ao conhecimento e contribui com a melhoria das questões ambiental, social e da saúde em contextos latino-americanos.

Caroline Mari de Oliveira Galina

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AGRICULTURA FAMILIAR NAS REGIÕES DE TRÊS DE MAIO, PANAMBI E CAMARGO

Roger Luan Mallmann,
Solimar Rodrigues Liscano
Maglia Bartira Maciá Bueno
Marilice Cortes
Patricia Ciocheta Roballo
Carmen Regina Dorneles Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206041>

CAPÍTULO 2..... 5

A IMPORTÂNCIA DO FATOR HUMANO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Isabela Renata Mendes Bardini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206042>

CAPÍTULO 3..... 12

ANÁLISE DAS INTERFACES DA BATALHA DO AUTISMO E SUA INCLUSÃO RECENTE NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NA ESFERA DO SUS

Alcione do Socorro Andrade Costa
Solange Cunha do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206043>

CAPÍTULO 4..... 39

A ARTE E CULTURA SURDA ALÉM DO ESPETÁCULO DAS EMOÇÕES

Bruno Pierin Ernsen
Enos Figueredo de Freitas
Mauricio Damasceno Souza
Paula Maiane da Silva Cavalheiro
Shirley Vilhalva
Renata Cristina dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206044>

CAPÍTULO 5..... 42

ANÁLISE DE VARIÁVEIS ASSOCIADAS À EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Baldoino Sonildo da Nóbrega
Joab da Silva Maia
Moabe Barbosa Alves
Marcelo Alves Silva Filho
Edvan Enéas de Almeida Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206045>

CAPÍTULO 6..... 49

BIOENSAIOS DE CITOTOXICIDADE DOS EXTRATOS DAS FOLHAS DE CROTON

URUCURANA BAILL NO DESENVOLVIMENTO DE RAÍZES DE CEBOLA (*Allium cepa* L.)

Hellen Souza Leite

Guilherme Malaquias da Silva

Antônio Zenon Antunes Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206046>

CAPÍTULO 7..... 55

ABSENCE OF MANAGEMENT SYSTEMIC FRONT TO THE BOOM OF HORIZONTAL HOME BUILDING IN MEXICO

Victor Jiménez Arguelles

Rocha Chiu

Espinosa Garza G

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206047>

CAPÍTULO 8..... 66

CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – *CAMPUS* GOIÂNIA

José Elias Domingos Costa Marques

Cleiton Dario Pimentel Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206048>

CAPÍTULO 9..... 79

SEGURANÇA DOS MEIOS DE LOCOMOÇÃO NA CIDADE DE BOTUCATU

Delfino Ueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1892206049>

CAPÍTULO 10..... 105

FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO À ICT PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LEI DO BEM

Juliana Evangelista da Silva Rocha

André Tortato Rauen

Cleidson Nogueira Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060410>

CAPÍTULO 11..... 122

GESTÃO DA INOVAÇÃO EM AUDITORIA INTERNA: UMA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DA ISO 56.002

Ricardo Alexandre Fahl

Creusa Sayuri Tahara Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060411>

CAPÍTULO 12..... 134

DA REALIDADE À VIRTUALIDADE. TRANSFORMAÇÃO DOS MODELOS UTILIZADOS NO ENSINO DE FARMACOLOGIA

Gabriela Fernández Saavedra

Ignacio Hernández Carrillo

Natalio González Rosales

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060412>

CAPÍTULO 13..... 143

MANIFESTAÇÕES NEUROLÓGICAS ASSOCIADAS A COVID-19

Laura Beatriz Borim Da Silva

Emilly Camargo Lopes

Adriana Piccinin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060413>

CAPÍTULO 14..... 147

O DESLOCAMENTO DE BICICLETAS EM RODOVIAS: DISCUSSÃO SOBRE LEGISLAÇÃO

Emanuel Jeronymo Lima Oliveira

Caroline Muñoz Cevada Jeronymo

George da Cruz Silva

Karla Simone da Cunha Lima Viana

Samara Celestino dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060414>

CAPÍTULO 15..... 155

GESTIÓN EN EL PROGRAMA DE BECAS DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE TAMAULIPAS, MÉXICO. INNOVACIÓN EN TIEMPOS DEL COVID-19

Teresa de Jesús Guzmán Acuña

Josefina Guzmán Acuña

Juan Antonio Centeno Quevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060415>

CAPÍTULO 16..... 163

WEBSITE PARA DETERMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA E OS MÉTODOS DE DOSAGEM DE CONCRETO

Vinícius Castro de Freitas

Alexander Rezende

Abraão Freitas

Camilla Rodrigues

Audir da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060416>

CAPÍTULO 17..... 168

RECICLAGEM E DESTINAÇÃO DO LIXO ELETRÔNICO EM GOIÂNIA

Dagmar Borges da Silva

Cláudia Cristina Sousa de Paiva

Julianna Affonso F. Souza

Rodrigo Elias de Rezende

Sueli Maria Moraes Pacheco

Eline Jonas

Irmtraut Araci Hoffmann Pprime

Luc Vandenberghe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.18922060417>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	174
ÍNDICE REMISSIVO.....	175

CAPÍTULO 8

CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – CAMPUS GOIÂNIA

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 07/02/2022

José Elias Domingos Costa Marques

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Goiás
Goiânia – Goiás
<https://orcid.org/0000-0002-6526-0335>

Cleiton Dario Pimentel Júnior

Bacharelado em Direito – Pontifícia
Universidade Católica de Goiás
<http://lattes.cnpq.br/1537202646217309>

RESUMO: Esta pesquisa mergulha na discussão conceitual sobre cultura e socialização política do jovem, partindo do reconhecimento do conjunto de experiências que, no processo de formação de sua identidade social, afetam na lapidação do seu papel como ator significativo ou não no sistema político, bem como nas crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições. Nosso objetivo central é debater as ideias, perspectivas e opiniões dos jovens em relação a questões sociopolíticas, tendo como recorte analítico os estudantes do ensino técnico integrado do Instituto Federal de Goiás – *campus* Goiânia. À colaboração no campo de estudos sobre juventudes e suas dinâmicas de cristalização dos posicionamentos sobre política, somou-se como justificativa para a realização desta pesquisa a relevância em conhecer o estudante em sua caracterização social, a partir das suas demandas e anseios

dentro da própria dinâmica com a organização escolar. Metodologicamente, trabalhamos com as técnicas de coleta de documentação indireta (levantamento bibliográfico de produções pertinentes à temática central da pesquisa) e observação direta intensiva, através da realização de entrevistas estruturadas e em formato *survey*. No total foram entrevistados 151 jovens dos sete cursos técnicos integrados do IFG. Os resultados obtidos apontam um interesse significativo dos jovens para temas políticos, a predominância da escola como instituição decisiva na consolidação de suas socializações políticas e o afastamento da afeição e/ou engajamento com formas tradicionais de militância na política.

PALAVRAS-CHAVE: Socialização política, cultura política, juventudes.

ABSTRACT: This research delves into the conceptual discussion about culture and political socialization of young people, starting from the recognition of the set of experiences that, in the process of formation of their social identity, affect the polishing of their role as a significant actor or not in the political system, as well as in the beliefs he develops in relation to politics and institutions. Our main objective is to debate the ideas, perspectives and opinions of young people in relation to sociopolitical issues, having as an analytical focus the students of the integrated technical education of the Instituto Federal de Goiás – Goiânia campus. The collaboration in the field of studies on youth and their dynamics of crystallization of positions on politics was added as a justification for carrying out this research the relevance of knowing the student

in his social characterization, from his demands and desires within the dynamics itself. with the school organization. Methodologically, we worked with the techniques of collecting indirect documentation (bibliographic survey of productions relevant to the central theme of the research) and intensive direct observation, through structured interviews and in survey format. In total, 151 young people from the seven integrated technical courses of the IFG were interviewed. The results obtained point to a significant interest of young people for political issues, the predominance of the school as a decisive institution in the consolidation of their political socialization and the removal of affection and/or engagement with traditional forms of militancy in politics.

KEYWORDS: Political socialization, political culture, youth.

1 | INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO

Este trabalho imerge na temática da Cultura Política e Socialização dos jovens, especificamente no que se refere ao exame de suas orientações políticas, definidas por Almond e Verba (1965, p. 12) como “atitudes em relação ao sistema político e seus componentes, atitudes para o papel do eu (sujeito) no sistema”. O desafio de compreensão dos jovens e sua aproximação com os elementos constituintes da esfera política parte da sua aproximação/afinidade com valores da democracia, da solidariedade e da interculturalidade. Entendemos que socializar-se politicamente vai muito além do interesse por assuntos íntimos à esfera política, para qual observar a política enquanto um espaço de vivência e convivência, a partir de determinados valores e regras de interesse comum. Cateano (2016) explica que a averiguação da concretização destes espaços comuns pode se dar dentro da perspectiva normativa clássica de socialização política, onde o comum precede os agentes, ou dentro da perspectiva na qual a comunidade política surge dos meios associativos. A visão multidimensional da socialização política vem sendo invocada justamente visando melhor compreender os locais de pertencimento e, no caso dos jovens, as ressignificações sobre os conceitos de padrão e subversão, omissão e engajamento.

Recentes pesquisas sobre atitudes e comportamentos dos jovens em relação à temática *política* têm oferecido às Ciências Sociais ferramentas elementares de mensuração analítica para compreensão da consolidação de premissas democráticas e estruturação da cultura política em um determinado grupo social. A Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (Agenda Juventude Brasil, 2014), publicada pela Secretaria Nacional de Juventude, revelou que apenas 16% dos jovens não reconhecem a importância da política em suas vidas. Em paralelo, cerca de nove em cada dez jovens no país vincula, sob múltiplos prismas referenciais, a importância da política com a capacidade da juventude de mudar o mundo.

Este diagnóstico valorativo de correspondência positiva dos jovens no Brasil acerca da política, no entanto, precisa ser problematizada a partir da necessidade de negação da condição reificada acerca da natureza “questionadora” e “rebelde” imposta a esta categoria social (Mayorga et al., 2012). Para Dayrell (2003), os contornos específicos da juventude

relacionam-se dentro do conjunto de experiências vividas em diferentes contextos. Seus posicionamentos políticos conectam-se, deste modo, com a pluralidade de perspectivas e as distintas formas de contato com a vida política. A matriz conceitual da Cultura Política nos subsidia a trabalhar estas questões, na medida em que busca privilegiar a realidade dos indivíduos por meio da análise da formação de opinião, atitudes e comportamentos (ALMOND e VERBA, 2001), incluindo “conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política” (RENNO, 1998, p. 71). O campo de pesquisa sobre cultura política é inaugurado nos anos 1960, tendo como marco referencial a obra “The civic culture: political attitudes and democracy in five nations” (1965), escrito pelos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba. Os autores, buscando construir um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos políticos, destacaram a importância das dimensões subjetivas dos indivíduos para explicar suas orientações e atitudes políticas, propondo assim um estudo dos fatos políticos por meio de uma abordagem comportamental (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999). Nos debates sobre o enraizamento social de valores democráticos, esta categoria analítica também tem contribuído diretamente para avaliar sua estabilidade, segundo o grau de institucionalização dos procedimentos de participação e confiança dos cidadãos nas instituições políticas.

As classificações de cultura política, de acordo com Baquero (2011), vão além de simples descrições ou percepções sobre assuntos cotidianos, mas envolvem também comportamentos e expectativas, estas que interferem na mentalidade que se institucionaliza na arena política. Para o autor, as expectativas políticas dos cidadãos colaboram na formação da própria visão sobre política e dos seus comportamentos como membros de uma coletividade. O que é legítimo dentro de um sistema político dependeria do contexto de interação e construção de preferências. E os jovens também estão no epicentro deste processo, pois, como afirmam Amorim e Silveira (2005), a cultura política, fruto das relações entre os indivíduos quanto deles com o sistema político, não é uma condição exclusiva da vida adulta, mas lapida-se ainda na infância, ganhando contornos mais nítidos na juventude. Contudo, as assimetrias política oriundas da baixa consolidação democrática pode acabar gerando desconfiança entre os jovens, acarretando em ambivalências atitudinais e comportamentais que se manifestam nos diferentes tipos de adesão dos jovens cidadãos aos valores democráticos (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016). A cultura política se forma, perdura e se transforma justamente através da socialização política, que é o processo de internalização e transmissão de ideias, crenças, atitudes e dos comportamentos em relação às múltiplas manifestações de poder (SOUZA, 1986).

A dimensão dos valores sociais e políticos de referência dos jovens são construídos sob a tutela de redes e recursos que estão dispostos socialmente. A incorporação de preferências se dá nos moldes dos quadros de referência que o jovem vivencia e vivenciou durante sua trajetória, tutelada por ininterruptos processos de socialização. O interesse de um jovem pela política parte da formulação de indagações em torno do *pool* de referências,

de atitudes, de representações sobre o mundo na qual estão imersos e sujeitos aos fluxos de transmissão sócio-afetiva. Varela (2009) explica que o processo de socialização com a política concebe a interiorização pelo indivíduo da cultura política existente em um meio social por meio da apreensão e transação de referências políticas, traduzidas em formas de estar, ser e sentir. E são as agências de socialização as responsáveis diretas na tutela desta correia de transmissão, através da reprodução societária das gerações mais velhas para as gerações seguintes.

No cenário analítico de reconsiderações dos papéis das agências de socialização na transmissão intergeracional de orientações de perspectivas políticas e na troca de referências sociais entre agentes em interação (reconfigurações no significado de atuação política, intensidade dos *media*, valorização de ideais individualistas, agendas para imposição de padrões juvenis voltados ao consumo e apatia política, etc), as pesquisas apontam a família ainda possuindo presença elementar nos processos de socialização política das crianças e jovens, ainda que não protagonizando e possuindo exclusividade neste processo (CASTRO, 2009). Isto porque as escolas progressivamente vem assumindo um papel decisivo enquanto ambiente de construção dos significados e representações políticas entre os jovens, mediante a interação pró-ativa condicionada ao seu papel (BIESTA, 2013).

Na legislação brasileira é possível visualizar com nitidez este papel a ser exercido pela educação. A Constituição Federal (CF/88) dispõe, em seu artigo 205, sobre sua finalidade para o desenvolvimento da pessoa, da sociedade e seu preparo para o exercício da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Art. 2º) assegura garantias no mesmo sentido, sendo que compete ao ensino médio (Art. 3º, inciso III) promover “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. No próprio Estatuto da instituição onde estudam os jovens que participarão da investigação (Instituto Federal de Goiás), constam orientações normativas que seguem a mesma linha de interpretação: seus princípios norteadores (artigo 3º) também incluem (inciso I e IV) o compromisso com a justiça social, promoção da cidadania, gestão democrática e educação emancipatória.

Para Schimdt (2000), o conhecimento político está associado à escola, pois ela é a única entre as agências de socialização “que se ocupa explicitamente da transmissão intencional de atitudes políticas” (p.69), pelo reforço das prerrogativas de cidadania, sobre o direito a ter direitos. Quando nos propomos a investigar o posicionamento dos estudantes em relação a esta questão, almejamos colaborar não somente para a compreensão do *modus operandi* da socialização política nesta esfera, mas oferecer pistas e gerar subsídios teórico-metodológicos na direção, como propõe Nazzari (2006), do resgate de uma comunidade cívica, inspirada nas variáveis de cooperação mútua, confiança social e engajamento político.

O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer as ideias, o conjunto de crenças,

valores e as opiniões dos estudantes do ensino técnico integrado do Instituto Federal de Goiás – *campus* Goiânia em relação a questões sociopolíticas. A ele somou-se três objetivos específicos: examinar a percepção dos estudantes sobre o papel exercido pelo IFG para sua formação política; analisar suas iniciativas e expectativas em relação à participação política; e identificar e debater o grau de confiança institucional e adesão à democracia por estes jovens.

A avaliação das crenças, atitudes e perspectivas dos estudantes do IFG em relação a questões sociopolíticas nos oferece um panorama sobre o que representa para eles a democracia enquanto regime político, observando a confiança em suas configurações representativas e a existência de engajamento político em organizações e movimentos sociais. Esta discussão é imensamente relevante nos estudos sobre juventudes, tanto no que tange a ciência sobre participação e representação social, quanto em relação às políticas públicas em torno da inclusão do jovem no epicentro das deliberações políticas do país.

2 | MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa pode ser definida, de forma brevíssima, enquanto uma atividade básica da ciência na busca por respostas sobre a realidade através do questionamento. A definição sugerida por Max Weber é certa: a ciência tem o papel “de transformar em problema o que é evidente por convenção” (WEBER, 1992). A estratégia metodológica que foi adotada nesta pesquisa fundamentou-se no conhecimento dos quadros de envolvimento normativo na política dos estudantes do ensino técnico integrado do Instituto Federal de Goiás. Partimos assim das referências de construção analítica específica presentes em estudos de socialização política. Schmidt (2000) orienta que o **método** de socialização política consiste na investigação de orientações e atitudes políticas em indivíduos e grupos através da análise de opiniões e ações (manifestações exteriores), estas coletadas por meio de técnicas qualitativas e quantitativas. A interpretação dos dados deve ocorrer à luz do contexto sociocultural e do desenvolvimento psicológico-cognitivo (esfera individual).

A escolha do método remete então a uma posição teórica, fruto de uma postura epistemológica de pesquisador em relação ao objeto (MARQUES, 2016). Os indicadores operacionais da pesquisa se orientam tendo como referência o indicador do conceito de “competência cívica” estruturado por Zorzi (2016), que o instrumentalizou em uma pesquisa com jovens estudantes de escolas públicas e privadas de Porto Alegre. Estruturamos esta pesquisa sob a demanda de algumas categorias de dados a serem operacionalizados que apresentamos no quadro abaixo:

Dimensões	Características	Operacionalização
Afetiva: Valore	Características psicoculturais formativas. Valores: democráticos, participativos, alienação, descrença.	Importância da democracia. Família e inserção política. Escola e socialização política. Confiança interpessoal. Confiança institucional
Afetiva: Comportamento pretendido	Indicação de motivação para participar.	Papel do voto. Engajamento militante. Esferas de engajamento Temas de interesse.
Cognitiva: Conhecimento	Informação geral sobre política. Escola enquanto <i>lócus</i> de promoção dialógica do conhecimento político.	Autoposicionamento ideológico. Conversa sobre política. Fontes de informação sobre política. Política em sala de aula. Redes sociais e participação. Incentivos da instituição escolar.

Quadro1 – Operacionalização de conceitos.

Fonte: Elaboração própria, a partir das referências analíticas em Zorzi (2016).

Dois procedimentos técnicos foram adotados para a execução desta pesquisa: a pesquisa bibliográfica de textos de domínio científicos diretamente relacionados com os temas atrelados ao objeto de pesquisa; e a técnica de observação direta intensiva (entrevista estruturada – modalidade *survey*). Os conteúdos centrais que embasaram a organização das entrevistas foram lapidados em consonância com os indicadores operacionais da pesquisa apresentados no quadro anterior. Babbie (1999) afirma que a metodologia *survey* é ancorada em três objetivos: descrição, explicação e exploração.

Os *surveys* normalmente são utilizados em pesquisas de forma a permitir enunciados descritivos sobre alguma população. Nosso interesse fixou-se no levantamento de informações sobre a distribuição de traços e atributos dos estudantes em relação a questões políticas. O universo da pesquisa abrangeu os alunos do ensino técnico integrado do Instituto Federal de Goiás – campus Goiânia, que estão distribuídos em sete cursos: Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Instrumento Musical, Mineração e Telecomunicações. O recorte para seleção da amostra e aplicação das entrevistas envolveu jovens que estavam cursando os segundos e terceiros anos. Acreditamos que os jovens, nesta etapa de sua formação, já possuem uma impressão mais lapidada sobre suas impressões em relação à socialização política vivenciada na instituição escolar.

No total, foram aplicados 151 questionários, num universo (estimado) de 270 alunos nestes dois períodos, respeitando o critério imparcial de escolha dos respondentes, dentro da proporcionalidade da distribuição dos alunos por turma e por gênero. Importante salientar que todas as entrevistas foram realizadas garantindo o total anonimato dos participantes, sem qualquer tipo de identificação pessoal (assegurando, deste modo, o formato de pesquisa de opinião). Os questionários foram disponibilizados por um link de acesso anônimo na plataforma *SurveyMonkey*.

3 I ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE JOVENS E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Os jovens brasileiros, contradizendo muitas interlocuções de senso comum que permeiam o imaginário coletivo e que são difundidas à mercê de uma observação superficial das interfaces fluídicas de engajamento juvenil, consideram sim a política como um elemento importante para a sociedade. Pouco mais da metade dos jovens brasileiros (54%) possuem um grau de percepção da política como ferramenta para a transformação do Brasil. É o que aponta a Agenda Juventude (2014), ainda que 29% dos jovens tratem a política como relativamente importante. Estas informações possuem sintonia com a percepção dos estudantes do IFG sobre a relevância da política. Conforme os dados obtidos ao questionamento do interesse pela política (gráfico 1), 70% dos jovens estudantes assinalaram positivamente, inclusive alguns com um grau de interesse elevado.

Answered: 153 Skipped: 6

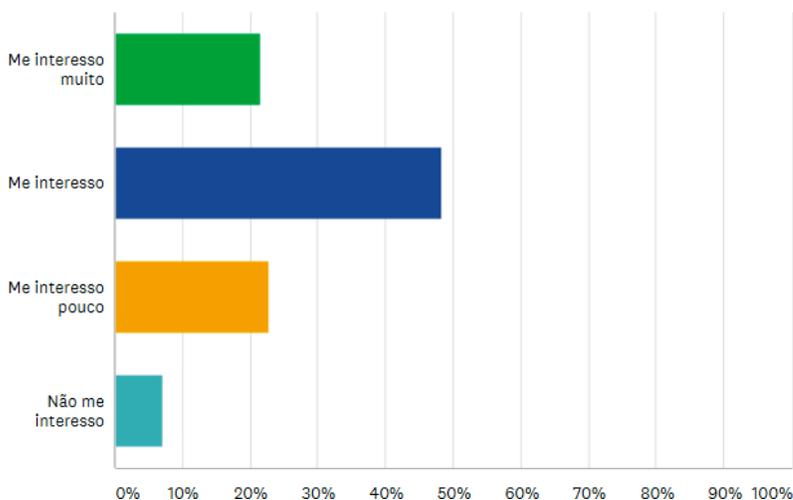


Gráfico 1 – Grau de interesse por política.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do questionário aplicado aos jovens do IFG.

A internalização pelos indivíduos de um conjunto de regras sociais dá-se pelo processo de socialização, onde há a incorporação ininterrupta de aprendizados sociais através das representações simbólicas no ambiente social. A junção entre o acesso a determinadas informações e dos quadros de percepção cognitiva de uma disposição social ao indivíduo é o que vai moldando os processos de formação e percepção política. Os jovens não podem ser observados sob a mera ótica da passionalidade na constituição dos seus pontos de vista, a partir de projeções de uma moratória que os influencia sem qualquer reflexão ou objeção. Justamente porque neles também o processo de subjetivação política pauta-se

por experiências que os levam a interrogarem-se sobre o que está inadequado e difícil na convivência humana ao seu redor (CASTRO, 2008). E o bombardeio de dispositivos de acesso a informação sobre política, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, progressivamente oferecem às juventudes ramificações para o contato com correias de transmissão de opiniões, análises e sugestões de conduta.

A família e a escola são duas das instituições primordiais para entendermos o processo de socialização de um indivíduo. O nosso diagnóstico apontou, no entanto, que apenas o segundo vem exercendo direta e conscientemente uma influência significativa enquanto fonte de informação para a formação da opinião política destes jovens.

Answered: 155 Skipped: 4

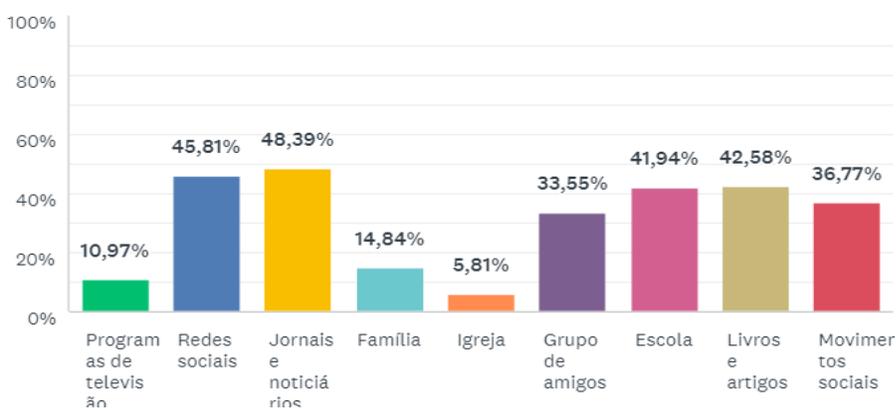


Gráfico 2 – Elementos de influência na formação da opinião política dos jovens.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do questionário aplicado aos jovens do IFG.

A pergunta estimulada oferecia até três alternativas para os estudantes assinalarem e podemos constatar que existe um equilíbrio bem nítido quanto ao importante papel das redes sociais, dos jornais e noticiários, da escola e dos livros e artigos. A família pouca influência exerce, o que demonstra a potencialidade de outros elementos no processo de transmissão da influência. Isto significa que, segundo a opinião destes jovens, o posicionamento político dos pais ou responsável quanto à determinada questão política não é suficientemente decisivo para a consolidação de sua própria opinião e crença sobre política.

Podemos observar a relevância da internet como espaço de formação das identidades coletivas e constituição de capital social, aparecendo de forma nítida no gráfico como uma modalidade chave de socialização política. O ambiente virtual propicia novas formas de interação social com o campo político, o que segundo Baquero, Baquero e Morais (2016) acabam sendo poderosos indutores de transformação de atitudes e comportamentos dos cidadãos e, conseqüentemente, de identidades coletivas entre os jovens.

A variável Igreja figura na menor escala de indicação, à mercê da maioria dos jovens (62,4%) terem assinalado que são adeptos de algum credo religioso. Possuir uma crença e/ou participar/engajar-se em alguma atividade religiosa não pode deterministicamente sujeitar o jovem aos ditames de influência desta instituição religiosa. Frequentar uma igreja, na concepção dos estudantes do IFG, não significa estar necessariamente sujeito a qualquer empreitada que ela venha a realizar dentro da esfera política (quando assim a faz).

A construção de uma opinião sobre política do jovem invariavelmente é acompanhada do intercâmbio de informações com agentes de interesse. Neste caso, questionamos aos estudantes a freqüência com que eles conversavam sobre assuntos políticos. Os resultados alinham-se com aqueles obtidos no tópico anterior: não é comum a interlocução dialógica sobre temas políticos com pessoas ligadas a igrejas ou familiares.

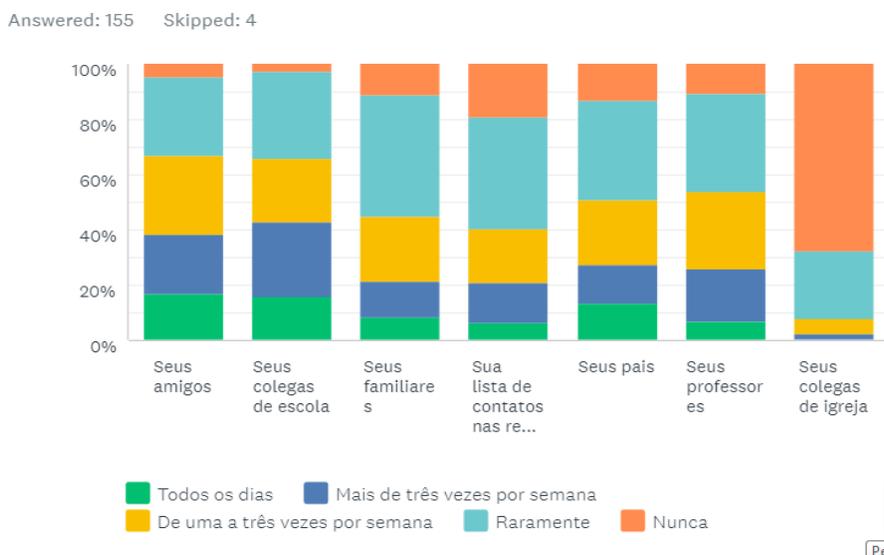


Gráfico 3 – Freqüência de diálogo sobre assuntos políticos.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do questionário aplicado aos jovens do IFG.

O ambiente escolar apresenta-se como um *locus* decisivo de intercâmbio de interatividades políticas, considerando também que há correspondência percentual entre as variáveis “amigos” e “colegas de escola” enquanto unidades de referência para o diálogo, o que pode indicar que muitos dos colegas na escola que eles cotidianamente conversam sobre política são considerados também como amigos.

Aliás, os dados coletados demonstram que os estudantes do IFG acreditam que sua instituição de ensino promover mais atividades no sentido da aproximação dos jovens com o debate político (85% concordam ou concordam parcialmente com esta indicação). Esta

informação caminha em congruência com a perspectiva da escola pensada na modernidade educativa como um espaço de socialização política, pelo fomento ao reconhecimento dos direitos e das responsabilidades cívicas. Os jovens pesquisados vêem com bons olhos o debate crítico em sua escola, justificando inclusive a rejeição de 90% deles pela retirada de disciplinas como sociologia e filosofia da grade curricular obrigatória.

Em se tratando da dimensão afetiva em relação a valores democráticos, constatamos que os estudantes do IFG sentem apreço pela democracia enquanto sistema político, pontuando 85 pontos numa escala de 100 de preferência. São indicadores bem discrepantes frente aqueles diagnosticados em 2018 pela Corporação Latinobarômetro sobre opinião dos brasileiros em relação a democracia de uma forma geral. Os dados apontam um baixo apreço pela democracia por parte dos brasileiros (38%), o pior índice dentre os 18 pesquisados pelo instituto. Apesar de 34% dos brasileiros serem indiferentes quanto a qual sistema político estar em vigência no país (ditadura ou democracia), apenas 14% responderam possuir preferência por um regime autoritário.

O apreço pela democracia não significa que os estudantes analisados nesta pesquisa atrelem este arbítrio com alguma afinidade substantiva com as instituições políticas no Brasil. Muito pelo contrário. Conforme descrito no gráfico abaixo, os estudantes do IFG demonstraram uma tendência a rejeição das instituições políticas tradicionais. E não somente isso: foram poucos também que demonstraram confiança com líderes religiosos e militares.

Answered: 155 Skipped: 4

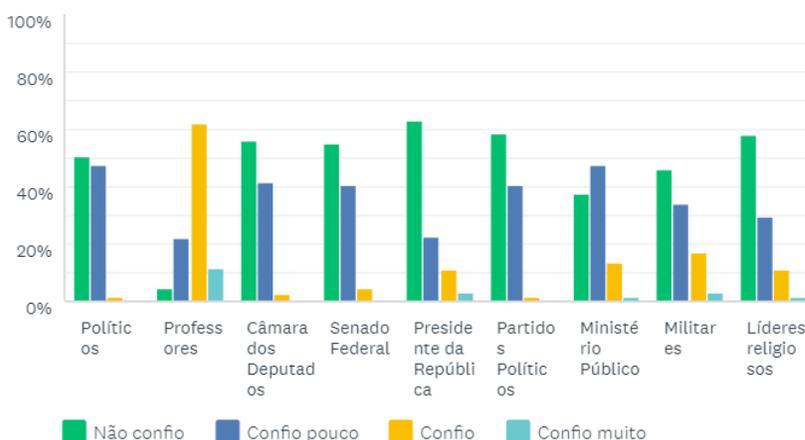


Gráfico 4 – Grau de confiança em algumas instituições e personagens.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do questionário aplicado aos jovens do IFG.

Algumas indicações de pesquisas recentes sobre o desinteresse dos jovens pela política são calcadas em torno justamente do afastamento das atmosferas tradicionais de

engajamento e pelo declínio do comportamento político institucionalizado (INGLEHART, 1997). O desinteresse dos jovens a formas de adesão organizacional tradicional ou iniciativas de práticas cidadãs como o voto ou militância em um partido político não significa que o interesse pela política esteja liquidado. Exatamente porque o *fazer* política vai muito além das trilhas que outrora sustentaram fundamentações de inserção no debate ou na militância política. Esta pesquisa constatou que a maioria dos estudantes do IFG pouco participou ou não pretendem participar de inúmeras atividades consideradas tradicionais, como associações estudantis, reuniões políticas de campanha e principalmente partidos políticos (índice de rejeição de 87,1%). Por outro lado, engajamento em movimentos sociais, manifestações e organizações sociais são apontados como formatos que já participam, participaram ou que pretendem participar.

Por fim, estes indicadores de adesão independem do auto-posicionamento dos jovens estudantes dentro do espectro ideológico (o percentual é bem equilibrado dos que se posicionaram como de esquerda e de direita). Espectro ideológico este que não possui correlação decisiva também quando questionados sobre temas relevantes (e polêmicos) que demandam intenso debate na junto à sociedade civil. Algumas respostas são bem elucidativas: apenas 17% apóiam a restrição quanto a entrada de imigrantes no Brasil; 25% concordam com o acesso ao porte de armas; 69% apóiam a descriminalização do plantio e consumo da maconha; 17% acreditam que programas sociais como o Bolsa Família induzem o cidadão a não procurarem emprego; 84% não concordam com a ideia de misturar religião com política; 79% acham que a união homoafetiva deveria ser um direito assegurado constitucionalmente; e 90% rejeitam o ideal meritocrático total, que responsabiliza somente o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso na vida profissional.

4 | CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa corroboram com os diagnósticos recentes em torno da temática juventude e política, em que apontam os jovens brasileiros interessados sim por assuntos diversos de natureza política. Existe a compreensão dos impactos desta observação com o cotidiano de possíveis transformações em torno de questões de sua esfera privada, o que não significa negligência para com referências de interesse geral e coletivo.

O declínio do comportamento político institucionalizado dos jovens não significa afastamento da política em si, mas da nítida compreensão de que é preciso buscar novos formatos de engajamento. E o reconhecimento dos caminhos da socialização perpassa diretamente as esferas de convívio com seus pares e de ambientes onde há uma interlocução mais consolidada a partir das suas próprias referências de vida. Dai o papel central das escolas e das novas tecnologias de informação e comunicação. O desencantamento em relação aos repertórios clássicos de orientação para a cidadania, como o voto, vai dando

espaço para demandas mais expressivas em sua interface cultural e menos formalizadas.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and Democracy in five nations**. Boston : Little, Brown and Company, 1965.

_____. **La Cultura Política**. In: Diez textos básicos de ciencia política. 2º ed. Barcelona: Ariel, 2001. p. 171 -201.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

BAQUERO, M. **Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI**. In: (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da URS, 2011. p. 25-45.

_____.BAQUERO, R; MORAIS, J.A. **Socialização política e internet na construção de uma cultura política no Brasil**. Educ. Soc., Campinas , v. 37, n. 137, p. 989-1008, Dez. 2016 .

BIESTA, G. Para além da aprendizagem: Educação democrática para um futuro humano. Tradução Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Agenda juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm . Último acesso em: 10 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Goiás. Estatuto. **Portaria Nº 488, de 27 de agosto de 2009**.

CASTRO,L.R. **Juventude e socialização política: atualizando o debate**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 25 n. 4, pp. 479-487, Out-Dez 2009, p. 482.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, 24, 40-52, 2003.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization**. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies. Princeton : Princeton University, 1997.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. 1999. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250.

LATINOBARÔMETO. **Opinião Pública Latinoamericana**. Banco de dados, 2017.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas,1999.

MARQUES, J.E.D.C.M. **Juventude do Partido dos Trabalhadores: institucionalização emilância juvenil.** Tese (doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 412, 2016.

MAYORGA, C., CASTRO, L. R., & PRADO, M. A. M. **Juventude e os paradoxos da política.** In Juventude e a experiência da política no contemporâneo (pp. 261-270). Rio de Janeiro: ContraCapa, 2012.

NAZZARI, R.K. **Capital social, cultural e socialização política: a juventude brasileira.** In. BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (orgs.). Capital social: teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2006.

RENNÓ, L. **Teoria da cultura política : vícios e virtudes.** BIB, Rio de Janeiro, n. 45, mar, p. 71- 91, 1998.

SCHMIDT, J.P. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil.** Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000, n. de pg. 215.

SILVEIRA, A; AMORIM, M. **Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político.** Revista Educação Unisinos, n. 9(2):155-163, maio/ago 2005.

SOUZA, A.C. **Socialização política na Escola: a escola socializa para a participação?** Revista de Ciências Sociais, 1, 1986, p.73-86.

VARELA, A. **Jovens e política: o papel da socialização na participação política.** 2009. 267 f. Dissertação (Ciência Política). Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais. parte 1 e 2.** São Paulo: Cotez; Campinas: EDUNICAMP, 1992.

ZORZI, F.B. **Cidadania desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS.** Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, p.101, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 1, 2

Alelopatia 50, 54

Allium cepa L. 50, 51, 55

Análise de dados 42, 44

Arte e cultura surda 39

Auditoria interna 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Autismo 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

C

Captação de recursos 106, 108, 110, 112, 117, 119

Ciclomobilidade 148

Comunidade surda 39, 40, 41

Construção 1, 2, 12, 13, 18, 20, 23, 24, 33, 36, 44, 48, 69, 70, 71, 75, 78, 149, 150, 166

Covid-19 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163

Croton urucurana Baill 50, 51, 52, 55

Cultura política 67, 68, 69, 70, 78, 79

D

Desenvolvimento local/regional 2

E

Ensino superior 1, 2, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Evasão 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

F

Fator humano 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

G

Granulometria 164

I

Inovação 1, 2, 10, 11, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 174

Internet 30, 41, 74, 78, 164, 165, 166

ISO 56002 123, 124, 127, 131, 132

J

Juventude 68, 69, 73, 77, 78, 79

L

Lixo eletrônico 169, 170, 171, 172, 173, 174

M

Manifestações neurológicas 142, 144, 145, 146

Meios de locomoção 80

México 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 135, 140, 141, 150, 152, 154, 155, 156, 163, 170

Mobilidade ativa 148, 152

P

Planta medicinal 50, 51

Políticas de inovação no Brasil 106

Produtividade 5, 6, 7, 8, 11

Proteção Social 12, 13, 14, 19, 21, 22, 23, 30, 34, 36

R

Reciclagem 169, 170, 171, 172, 173, 174

Renúncia fiscal 106, 108, 111, 115, 118, 121

Rodovias 102, 148, 149, 150, 151, 152, 153

S

SARS-COV-2 142, 143

Segurança 5, 8, 9, 11, 50, 51, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 115, 126, 149, 150, 151, 152

Sistemas produtivos 5

Socialização política 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79

T

Trânsito 80, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 148, 149, 151, 152

Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) 15, 16

Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Políticas públicas

para ciência, tecnologia e inovação

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

